

XI CONGRESO INTERNACIONAL DE COSTOS Y GESTION

**XXXII CONGRESO ARGENTINO DE PROFESORES
UNIVERSITARIOS DE COSTOS**

**A EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DOS ATIVOS INTANGÍVEIS – UM
ESTUDO DE MULTI-CASOS DE EMPRESAS BRASILEIRAS
PREMIADAS PELA TRANSPARÊNCIA DE SUAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Tipificación: Conclusiones o avances de proyectos de investigación

Autores

**Bruno Flávio Machado de Araújo – UNIFOR-MG
Luciano de Castro Garcia Leão – IBMEC-MG**

Trelew – Patagonia Argentina, Septiembre de 2009

**XI CONGRESO INTERNACIONAL DE COSTOS Y GESTION
XXXII CONGRESO ARGENTINO DE PROFESORES
UNIVERSITARIOS DE COSTOS**

**A EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DOS ATIVOS INTANGÍVEIS – UM ESTUDO DE MULTI-
CASOS DE EMPRESAS BRASILEIRAS PREMIADAS PELA TRANSPARÊNCIA DE
SUAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Tipificación: Conclusiones o avances de proyectos de investigación

RESUMO

Os ativos intangíveis representam uma das áreas mais complexas da contabilidade, devido a, principalmente, dificuldades de definição e mensuração. Por outro lado, estudos recentes demonstram que a cada dia cresce a importância de tais ativos nas atividades empresariais. Este artigo se propôs a avaliar o nível de evidenciação contábil, especificamente acerca dos ativos intangíveis, apresentado nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras que, no ano de 2008, foram premiadas pela qualidade, em termos de transparência, das suas demonstrações contábeis. Através de uma metodologia de pesquisa qualitativa, foi feita a análise do conteúdo das demonstrações contábeis das referidas empresas, à luz da teoria existente relacionada ao reconhecimento, contabilização, mensuração e divulgação dos ativos intangíveis. Como resultado da pesquisa verificou-se que há uma grande distância entre o que é defendido pelos pesquisadores do tema e aquilo que é praticado pelas empresas objeto do presente estudo. Também foi possível concluir que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis das empresas pesquisadas são insuficientes para permitir uma adequada percepção e compreensão acerca dos ativos intangíveis e, por consequência, da realidade econômica e potencialidades futuras das entidades as quais tais demonstrações contábeis se referam.

Palavras-chave: Ativos intangíveis. Evidenciação contábil.

1 Introdução

Michel Eisner, enquanto presidente da Disney Corporation, afirmou que o camundongo Mickey e o Pato Donald eram os verdadeiros ativos de sua empresa (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999). A grande maioria das pessoas certamente concordaria com essa afirmativa e, em seguida, talvez se surpreendessem ao saber que não existe uma conta contábil intitulada “Mickey” ou “Pato Donald” nas demonstrações contábeis da Disney Corporation. Marcas como Coca-Cola, Microsoft, McDonald’s, dentre outras, freqüentemente são incluídas em *rankings* sobre as marcas mais valiosas do mundo, comumente lhes sendo atribuído valores que superam a casa das dezenas de bilhões de dólares norte-americanos. Novamente poderia causar surpresa a um leitor leigo o fato que, muito provavelmente, pode não haver um centavo sequer relativo a esse valor da marca, registrado no balanço patrimonial das companhias citadas.

Estes exemplos, aliados a outros que serão discutidos nesse trabalho, consistem em ativos intangíveis, que Hendriksen e Van Breda (1999, p. 388), afirmam serem “uma das áreas mais complexas da teoria da contabilidade, em parte em virtude das dificuldades de definição, mas principalmente por causa das incertezas a respeito da mensuração de seus valores e da estimativa de suas vidas úteis”.

Conforme afirma Araújo (2009), empresas que possuem ativos intangíveis importantes, capazes de gerar expectativas de resultados futuros relevantes, não estando tais ativos registrados em seu balanço patrimonial, podem ver-se diante de uma situação em que o seu valor atribuído pelo mercado é completamente diferente daquele reportado através das demonstrações contábeis. Conforme disse Rappaport *apud* Hendriksen e Van Breda (1999, p. 388), “à medida que nos transformamos numa sociedade cada vez mais informação-intensiva, o patrimônio contábil dos acionistas está se distanciando cada vez mais da maneira pela qual o mercado avalia uma empresa”. Tal afirmação é comprovada por estudos como o de Lev (2001), o qual concluiu que o *market-to-book-value* (relação entre o valor de mercado de uma empresa e o seu valor contábil) das empresas que compõem o S&P 500 – índice baseado no valor das ações das 500 principais indústrias norte-americanas, seguindo critérios da agência *Standard and Poors* – no período decorrido entre as décadas de 1980 e 2000, cresceu de aproximadamente 1,5 para 6, tendo este último resultado sido apurado em meados de março de 2001.

Visando explicar a razão desta crescente importância dos ativos intangíveis, sobremaneira nas últimas três décadas, Lev (2001) afirma que tal situação é resultante da coninação de dois fatores: (a) a cada vez mais intensiva competição de mercado, advinda, sobretudo, com o fenômeno da globalização do comércio mundial e desregulamentação de setores chaves da economia, tais como telecomunicações, eletricidade, transportes e serviços financeiros e, (b) o advento da tecnologia da informação, mais recentemente exemplificado pela internet.

Considerando que uma das finalidades das demonstrações contábeis é permitir ao leitor a compreensão da realidade econômica, financeira e patrimonial de uma empresa e, considerando a importância que os ativos intangíveis podem assumir no contexto geral de uma entidade, este artigo tem por objetivo identificar de que forma as empresas brasileiras divulgam, através de suas demonstrações contábeis, informações relativas aos seus ativos intangíveis e se tal forma de divulgação permite a compreensão acerca de tais ativos quanto à sua natureza, mensuração e perspectivas futuras.

A metodologia escolhida para realização do presente trabalho foi a metodologia de pesquisa qualitativa, tendo em vista o objetivo proposto. Sobre a pesquisa qualitativa, Triviños (1987) e Alvez-Mazzotti (1999) afirmam que, neste tipo de pesquisa, o pesquisador assume a posição de principal instrumento de investigação, valendo-se

inclusive de suas experiências pessoais na avaliação dos fenômenos pesquisados. Desta forma, levando em conta existirem aspectos subjetivos a serem considerados quanto ao objeto da pesquisa, entendeu-se que análises qualitativas seriam mais adequadas a fim de permitir o atingimento do objetivo proposto.

Quanto aos fins, este trabalho se caracteriza por ser uma pesquisa descritiva, que Goulart (2002) e Vergara (2007) entendem ser aquela que objetiva descrever as características de uma população ou fenômeno estudado e, quanto aos meios, esta pesquisa consiste em um estudo de multi-casos, que Vergara (2007) entende constituir em um meio de investigação limitado a uma ou poucas unidades, que busca profundidade e detalhamento do assunto estudado.

No que tange à técnica de análise de dados, foi feita a análise do conteúdo das demonstrações contábeis de todas as empresas que receberam, no ano de 2008, o Troféu Transparência, concedido pela ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade. A ANEFAC foi criada em 1968, visando promover um fórum entre gestores de negócios nas funções financeira, administrativa e contábil, visando compartilhar experiências, incentivar a pesquisa e a educação continuada. A concessão do Troféu Transparência é uma iniciativa criada em 1997. São premiadas anualmente as empresas que primaram pela excelência em termos de transparência e qualidade na divulgação das informações através de suas demonstrações contábeis. A escolha das empresas premiadas é feita sob supervisão da FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, entidade que, desde a sua fundação em 1974, prima pelo pioneirismo e excelência no desenvolvimento de pesquisas nas áreas financeira, atuarial e contábil, bem como pela busca do aprimoramento das práticas contábeis adotadas no Brasil, visando conferir transparência às demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras.

Em função dos aspectos mencionados acerca da ANEFAC e da FIPECAFI, entendeu-se que realizar a presente pesquisa com base nas empresas que foram premiadas na última edição do Troféu Transparência constitui-se na melhor amostra possível para avaliar a qualidade do nível de evidenciação contábil acerca dos ativos intangíveis apresentada nas demonstrações contábeis, pois, em tese, tem-se nesta amostra o melhor nível de evidenciação contábil, de modo que os resultados encontrados naturalmente seriam referência para as demais empresas brasileiras.

Em 2008, receberam o Troféu Transparência por suas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007: Brasil Telecom S.A., CEMIG, CESP, CSN, Embraer S.A., Gerdau S.A., Petrobrás S.A., SABESP, Usiminas S.A. e Vale.

2 Revisão da literatura

2.1 Objetivos da contabilidade – evidenciação (*disclosure*)

Lopes e Martins (2005) entendem a contabilidade como uma ciência social, a qual fornece insumos para o comportamento humano frente às organizações inseridas na sociedade em que vivemos. Ainda sobre a contabilidade, os autores afirmam:

A contabilidade retrata obras humanas, as entidades, para que outras pessoas possam tomar as decisões adequadas relacionadas a elas. No entanto, a contabilidade utiliza-se de uma metodologia qualitativa e quantitativa para realizar seus objetivos, pois atribui conceitos, muitas vezes, arbitrários, para caracterizar elementos patrimoniais, em seguida cuidando de sua mensuração por técnicas quantitativas (LOPES E MARTINS, 2005, p. 126).

Também buscando demonstrar em que consiste a contabilidade, Ludícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 29) afirmam que “a contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”. Esta definição também consta do documento intitulado “Estrutura Conceitual Básica”, emitido pelo IBRACON – Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes, em 1986. Ludícibus (2000, p. 23) acrescentou a figura da tomada de decisões quando estabeleceu o objetivo básico da contabilidade como sendo prover o “fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais”.

A ligação entre provimento de informações e tomada de decisões também está presente na definição do objetivo dos demonstrativos contábeis constante da NPC-27, emitida pelo IBRACON: “O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões” (IBRACON, NPC-27, 2005, p.4).

No que diz respeito às atuais práticas de divulgação de informações através das demonstrações contábeis, Martins, V. (2002, p. 68) apresenta posição, de certa forma até extremada, quando afirma:

Com o advento da nova tecnologia, alguns novos objetivos das demonstrações contábeis começam a surgir. Pode-se dizer que a contabilidade tradicional, baseada nos custos históricos, é calcada no passado, em eventos que já aconteceram. Os novos objetivos vão na direção oposta, na busca de identificação e evidênciação de elementos patrimoniais (e até mesmo não patrimoniais) que são verdadeiros potenciais de geração de riqueza. Pode-se dizer que os novos objetivos não estão mais relacionados com o passado, mas sim com o futuro, em busca do valor econômico.

Embora possa parecer uma postura radical em relação às atuais práticas contábeis, o pensamento de Martins, V. (2002) acima apresentado é perfeitamente alinhado aos dizeres de Upton Jr. (2003, p. 471), ao apresentar as proposições as quais acredita serem responsáveis por fazer com que a contabilidade não consiga acompanhar as mudanças provocadas por uma economia em transformação:

As demonstrações contábeis tradicionais focam na capacidade da entidade em realizar valor para os ativos e passivos existentes. Proponentes argumentam que as demonstrações contábeis, em sua maior parte, têm uma visão voltada para o passado. Um novo paradigma de divulgação das informações financeiras é necessário para capturar e reportar sobre a criação de valor da entidade. Este paradigma suplementaria, ou até mesmo, substituiria as atuais demonstrações contábeis.⁷⁷

⁷⁷ Original: “Traditional financial statements focus on the entity’s ability to realize value from existing assets and liabilities. Proponents argue that financial statements are largely backward-looking. A new financial reporting paradigm is needed to capture and report on the entity’s creation of value. This paradigm would supplement, or might replace, existing financial statements.”

2.2 Conceituação de ativo intangível

O significado etimológico da palavra intangível, de acordo com Ferreira (1980), indica aquilo que não se pode tocar, que é impalpável. Assim, tangível seria aquilo que puder ser tocado, palpado. Contabilmente, tal definição não é tão simplista. Conforme afirma Martins (1972) e Hendriksen e Van Breda (1999), itens que compõem o balanço patrimonial, tais como duplicatas a receber, depósitos bancários, despesas pagas antecipadamente, dentre outros, do ponto de vista etimológico, nada têm de tangíveis, todavia, do ponto de vista contábil, não são classificados como intangíveis.

Martins, E. (1972) e Hendriksen e Van Breda (1999) entendem que o ativo intangível consiste em um item cuja definição é de grande dificuldade e que tem, como característica marcante, também a dificuldade, muito em função da incerteza, de sua avaliação e mensuração da perspectiva de geração de benefícios futuros dele decorrente. Lev (2001) concorda com as características de incerteza e dificuldade de avaliação. Para tal utiliza-se da definição de intangível apresentada no *Merriam Webster's International Dictionary*, qual seja: "incapacidade de ser definido ou determinado com certeza ou precisão". E apresenta sua definição para ativos intangíveis:

*Um ativo intangível é uma expectativa de benefícios futuros que não tem substância física ou financeira (uma ação ou um bônus). Uma patente, uma marca, uma estrutura organizacional única (por exemplo, uma cadeia de fornecimento baseada na internet) que gera economia de custos são ativos intangíveis*⁷⁸ (LEV, 2001, p. 5).

O IASB – *International Accounting Standards Board*, através do parágrafo 8 do pronunciamento IAS 38, apresenta a seguinte definição de ativo intangível: "é um ativo não-monetário identificável sem substância física"⁷⁹ (IASB, IAS 38, 2004). Note-se que a definição proposta, no momento em que menciona ativo não-monetário, elimina ativos monetários sem substância física, os quais não são tratados como ativos intangíveis, conforme salientado por Martins, E. (1972) e Hendriksen e Van Breda (1999).

O FASB – *Financial Accounting Standards Board*, através do pronunciamento SFAS 142, define: "ativos (não incluindo ativos financeiros) sem substância física"⁸⁰ (FASB, SFAS 142, 2001, p. 105). Comparando-se à definição do IASB, apenas não temos a menção específica do termo "identificável".

As definições apresentadas destacam as características de ausência de substância física, natureza permanente, controle por parte da entidade e perspectiva de geração de benefícios futuros. Perez e Famá (2006), contudo, ao apresentarem a definição proposta por Wayne S. Upton Jr., demonstram que aquele autor considera dois aspectos não mencionados nas definições acima, quais sejam, vida útil limitada e poder representar todos os elementos de uma empresa que existem além dos ativos monetários e dos ativos tangíveis, senão vejamos:

Upton (2001) define os ativos intangíveis como recursos não físicos, geradores de prováveis benefícios econômicos futuros para uma

⁷⁸ Original: "An intangible asset is a claim to future benefits that does not have a physical or financial (a stock or a bond) embodiment. A patent, a brand, and a unique organizational structure (for example, an Internet-based supply chain) that generate cost savings are intangible assets."

⁷⁹ Original: "An intangible asset is an identifiable non-monetary asset without physical substance".

⁸⁰ Original: "Assets (not including financial assets) that lack physical substance".

entidade, que foram adquiridos por meio de troca ou ainda desenvolvidos internamente baseados em custos identificáveis, que têm vida limitada, possuem valor de mercado próprio e que pertencem ou são controlados pela entidade. O autor afirma, ainda, que os ativos intangíveis podem ser todos os elementos de uma empresa que existem além dos ativos monetários e dos ativos tangíveis (PEREZ e FAMÁ, 2006, p. 13).

2.3 Registro dos ativos intangíveis

O registro dos ativos intangíveis somente é feito pela contabilidade quando adquiridos de terceiros, com base no custo histórico da aquisição (SCHMIDT e SANTOS, 2003 e IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2007), embora Martins, E. (1972) e Marion (2005) manifestem, claramente, discordância em relação a tal posicionamento.

Martins, E. (1972) explica que é a própria teoria contábil, mais especificamente as questões relativas ao conservadorismo e à objetividade, que implicam em não aceitação da contabilização dos ativos intangíveis quando não adquiridos de terceiros. Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 49) apresentam o enunciado da convenção do conservadorismo: “entre conjuntos alternativos de avaliação para o patrimônio, igualmente válidos, segundo os Princípios Fundamentais, a Contabilidade escolherá o que apresentar o menor valor atual para o ativo e o maior para as obrigações”. E apresentam também o enunciado da convenção da objetividade, qual seja:

Para procedimentos igualmente relevantes, resultantes da aplicação dos Princípios [Contábeis], preferir-se-ão, em ordem decrescente: a) os que puderem ser comprovados por documentos e critérios objetivos; b) os que puderem ser corroborados por consenso de pessoas qualificadas da profissão, reunidas em comitês de pesquisa ou em entidades que têm autoridade sobre princípios contábeis (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2007, p. 47).

A afirmação feita por Martins, E. (1972) é validada pelos próprios enunciados apresentados, afinal, conforme já apresentado neste trabalho, dentre as principais características dos ativos intangíveis está a subjetividade na determinação de seus valores e estimação de suas vidas úteis. Gu e Lev (2001, p. 20) acrescentam que a “ausência de um mercado organizado de intangíveis (tecnologia, marcas, recursos humanos) tem sido o principal entrave para seus reconhecimentos como ativos nos relatórios financeiros e a divulgação de informações relevantes sobre esses ativos.”⁸¹

Na introdução deste trabalho foi mencionada pesquisa feita por Lev (2001), demonstrando a disparidade entre o valor de mercado e o valor contábil de empresas norte-americanas. Upton Jr. (2003) afirma que não é possível sabermos exatamente a razão de tal disparidade, mas é possível fazer algumas especulações. Para o autor, a diferença entre os valores contábil e de mercado de uma empresa pode ser resultado dos aspectos mencionados no quadro 2:

⁸¹ Original: “The absence of organized markets in intangibles (technology, brands, human resources) has been a major hindrance to their recognition as assets in financial reports, and the disclosure of value-relevant information about these assets.”

Quadro 2 – Possíveis razões da diferença entre valor contábil x valor de mercado

	Valor contábil da empresa	\$ XXX
+/-	Avaliação do mercado acerca das diferenças entre as mensurações contábeis e o valor subjacente de ativos e passivos reconhecidos	XXX
+/-	Avaliação do mercado acerca do valor subjacente de itens que se adéquam às definições de ativos e passivos, mas que não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis (por exemplo: patentes desenvolvidas através de pesquisas e desenvolvimento interno)	XXX
+/-	Avaliação do mercado acerca dos fatores de deterioração ou do valor dos direcionadores de intangíveis, que não se adéquam às definições de ativos e passivos (por exemplo: o moral dos funcionários)	XXX
+/-	Avaliação do mercado acerca dos planos futuros da entidade, oportunidades e riscos do negócio	XXX
+/-	Outros fatores, incluindo exagero, pessimismo e psicologia do mercado	XXX
	Valor de mercado da empresa	\$XXX

Fonte: adaptado de Utpon Jr., *in* Lev (2003, p. 470).

Tem-se, portanto, que o não aparecimento nas demonstrações contábeis dos ativos intangíveis, quando estes tiverem sido gerados internamente, é resultante das limitações impostas pelos princípios e convenções contábeis (MARTINS, E., 1972), além de dificuldade de mensuração (IUDÍCIBUS, 2004). A contabilidade somente registrará ativos intangíveis adquiridos de terceiros, decorrentes de transações de mercado. E, ainda assim, somente aparecerá nas demonstrações contábeis de quem pagou por ele, e não na empresa na qual tenha sido criado (GUERRA, 2006).

Lev e Zarowin (2003) comentam que investimentos relevantes feitos por empresas, voltados para programas de pesquisa e desenvolvimento ou reestruturações, são considerados como despesas quando incorridos. Mas os benefícios deles advindos aparecerão mais tarde, de modo que não ocorrerá a confrontação entre tais benefícios e os investimentos anteriormente realizados. Assim, concluem os autores, o fundamental processo contábil de confrontação entre receitas e custos será seriamente distorcido.

Oswald e Zarowin (2007) realizaram estudo através de uma amostra de empresas estabelecidas no Reino Unido. Nesse estudo os autores demonstraram os pensamentos de Lev e Zarowin (1999), Healy, Myers e Howe (2002), Hughes e Kao (1991), Vigeland (1981), Lev e Sougiannis (1996) e Chan, Lakonishok e Sougiannis (2001), todos no sentido que a capitalização dos gastos com pesquisa e desenvolvimento implica em melhor qualidade da informação se comparada ao procedimento de tratar tais gastos com despesa. Na conclusão do estudo, Oswald e Zarowin (2007) também afirmaram que os resultados encontrados permitiram afirmar, com base em evidências empíricas, que a capitalização dos gastos com pesquisa e desenvolvimento proporciona ao mercado mais informações relativas às expectativas de ganhos futuros.

Crítico do procedimento de não registro dos ativos intangíveis que não tenham sido adquiridos de terceiros, Martins, E. (1972) manifesta seu pensamento no sentido que tal procedimento implica em perda de informações relevantes nos relatórios contábeis. A importância desta informação não apresentada seria derivada, no pensamento do autor, “da mais fundamental necessidade da pessoa que toma decisões: prospecção do futuro” (MARTINS, E., 1972, p. 67). Nesta mesma linha de idéias, Lev e Zarowin (2003) argumentam que o não registro dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis implica, em parte, na perda de relevância das informações contábeis.

Por fim, Martins, E. (1972) afirma em seu trabalho que diversos autores sugerem que os ativos intangíveis, quando não adquirido de terceiros, sejam registrados nas

demonstrações contábeis, pelo menos na forma de notas explicativas a tais demonstrações. Esse também é o pensamento de Upton Jr. (2003, p. 471), a seguir:

*A importância dos ativos intangíveis é característica distintiva da nova economia. De uma forma geral as demonstrações contábeis atualmente existentes reconhecem somente os ativos quando adquiridos de terceiros. Aqueles que estabelecem os padrões contábeis deveriam desenvolver uma base para reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis gerados internamente.*⁸²

2.4 Mensuração dos ativos intangíveis

Após o registro inicial, a avaliação posterior dos ativos intangíveis possui, tecnicamente, duas abordagens: se há vida útil conhecida e com bases confiáveis, deve ser utilizada a abordagem da amortização. Não havendo estimativa razoável de vida útil do ativo intangível, deve-se aplicar o *impairment test* (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2007).

A abordagem da amortização pressupõe o conhecimento da vida útil do ativo intangível. Mas tal determinação é difícil, uma vez que cada ativo tende a ser especial, com características próprias, sendo que a experiência passada tende a não ser suficiente para determinação precisa de sua vida útil (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999).

Sobre o *impairment test*, ou teste de recuperabilidade, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007) ensinam que é a avaliação periódica para verificar se o valor de um determinado ativo é inferior ou, no máximo, igual ao valor dos benefícios futuros dele esperados, trazidos a valor presente. Os autores acrescentam que, se através do teste de recuperabilidade, identificar-se que o valor do ativo é superior aos benefícios futuros esperados, a diferença encontrada deve ser levada ao resultado daquele exercício.

Hendriksen e Van Breda (1999) concordam que o teste de recuperabilidade é o mais indicado quando não se é possível determinar, com razoável segurança, a vida útil estimada de um ativo. Se não é possível determinar a vida útil, qualquer determinação será arbitrária – assim, uma amortização determinada com base em uma vida útil arbitrada seria tão inadequada quanto o próprio não cômputo de qualquer amortização.

2.5 Evidenciação de ativos intangíveis: requerimentos mínimos

A partir das considerações teóricas feitas e juntamente com aquilo que está estabelecido nos instrumentos normativos editados pelos órgãos normatizadores nacionais (CVM, CFC, IBRACON e CPC) e internacionais (FASB e IASB), pode-se inferir que a divulgação das informações relacionadas aos ativos intangíveis detidos por uma entidade poderia contemplar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a) apresentação, em separado, dos ativos intangíveis gerados internamente (os quais a entidade detentora tenha incorrido em gastos para sua geração) e daqueles adquiridos de terceiros;
- b) apresentação dos ativos intangíveis de forma segregada, distinguindo os ativos intangíveis de vida útil definida e aqueles de vida útil indefinida;
- c) segregação das informações por classe de ativos intangíveis,
- d) informação das taxas de amortização aplicadas aos intangíveis de vida útil definida;

⁸² Original: “The importance of intangible assets is the distinguishing feature of the new economy. By and large, existing financial statements recognize those assets only when they are acquired from others. Accounting standard setters should develop a basis for the recognition and measurement of internally generated intangible assets.”

- e) demonstraco do método de amortizao dos ativos intangíveis de vida til definida;
- f) demonstraco do saldo contábil bruto e da amortizao acumulada – no início e no final do exercício ao qual as demonstraos contábeis se referam;
- g) indicao das linhas da demonstrao dos resultados do exercício que contm alocao de cotas de amortizao dos ativos intangíveis;
- h) indicao das linhas da demonstrao dos resultados que contm reversões de perdas por desvalorizao dos ativos intangíveis, registradas em períodos anteriores;
- i) demonstrao das mutaos do saldo dos intangíveis ao longo do exercício contábil,
- j) divulgao dos resultados da aplicao do teste de recuperabilidade sobre os ativos intangíveis que no possuam vida til definida;
- k) divulgao de informaos acerca dos intangíveis que tenham sofrido perda de valor;
- l) divulgao das estimativas acerca dos intangíveis que porventura tenham sofrido alguma alterao, tais como vida til, método de amortizao ou valor residual;
- m) especificamente para os ativos intangíveis classificados como tendo vida til indefinida, divulgao das razões que levaram a essa classificao;
- n) divulgao do saldo contábil líquido e prazo de amortizao remanescente de todos os ativos intangíveis individualmente significativos para a entidade;
- o) apresentao de estimativa acerca da despesa com amortizao prevista para os cinco exercícios seguintes;
- p) divulgao do valor contábil e do valor justo de ativos intangíveis que eventualmente tenham sido adquiridos através de subvenos governamentais;
- q) apresentao de informaos acerca de quaisquer restrios s quais os ativos intangíveis estejam sujeitos como, por exemplo, restrios  sua titularidade ou seu oferecimento como garantia em outras operaos realizadas pela entidade;
- r) informao sobre compromissos assumidos relativos a ativos intangíveis divulgados;
- s) detalhamentos acerca de eventuais operaos de reavaliaos;
- t) demonstrao dos gastos com pesquisa e desenvolvimento, incorridos ao longo do exercício, que foram tratados como despesa alocados no resultado do exercício;
- u) apresentao da descrio dos ativos intangíveis que eventualmente j estejam totalmente amortizados mas que ainda estejam em uso;
- v) descrio dos ativos intangíveis que sejam significativos mas que, em funo das restrios estabelecidas pelos normativos aplicáveis ao tratamento contábil dos ativos intangíveis, no tenham sido registrados nas demonstraos contábeis da entidade.

Sobre o ltimo item, embora os normativos citados vedem a contabilizao dos ativos intangíveis no adquiridos de terceiros e sem que se tenha incorrido em custos para sua gerao, sugerem a divulgao de informaos relativas a estes ativos no adquiridos de terceiros. Tal posicionamento est alinhado aos pensamentos de Martins, E. (1972) e Oliveira (1998), os quais afirmam que a divulgao de ativos intangíveis no adquiridos deveria ocorrer, ainda que apenas na forma de notas explicativas.

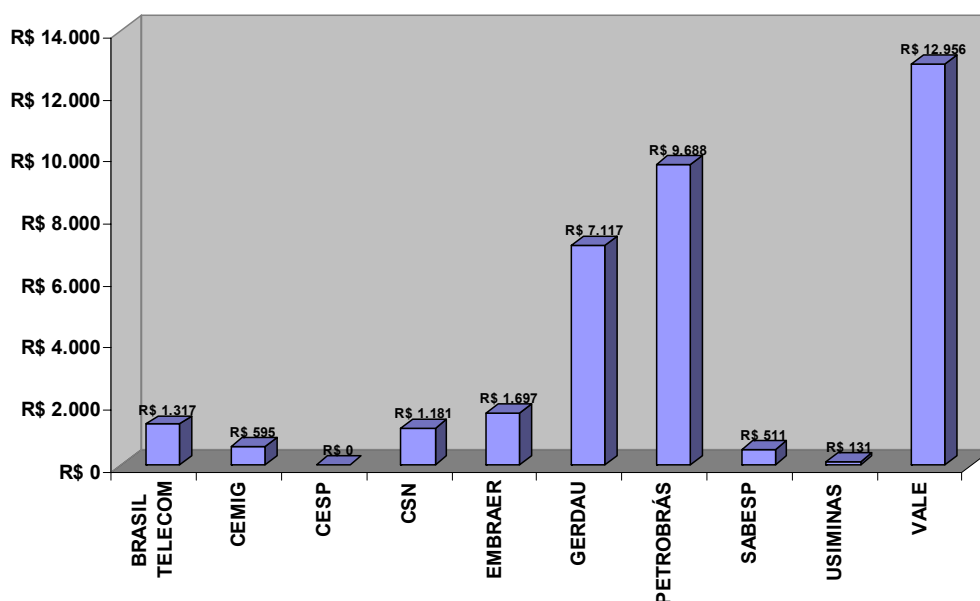
3 Apurao e discusso dos resultados

Para atingir o objetivo proposto, buscou-se identificar os seguintes aspectos, através da análise do contedo das demonstraos contábeis das empresas pesquisadas, especificamente acerca dos ativos intangíveis: (a) demonstrao da representatividade; (b) identificao da natureza; (c) identificao do critério para registro inicial; (d) identificao do critério adotado para reconhecimento de perda de valor e, por fim, (e) verificao da existência de informaos divulgadas através de relatórios extra-contábeis.

3.1 Representatividade dos ativos intangíveis nas empresas pesquisadas

A representatividade dos ativos intangíveis reportados nas demonstraos contábeis pesquisadas, em termos absolutos, est demonstrada através do gráfico 1:

Gráfico 1 – Representatividade dos ativos intangíveis em termos absolutos (R\$ milhões)



Fonte: elaborado pelos autores, a partir das demonstrações contábeis pesquisadas.

Embora existam restrições ao registro de ativos intangíveis contidas nas normas contábeis adotadas pelas empresas pesquisadas, notadamente a obrigatoriedade de registro com base no custo histórico, vedação de realização de reavaliações e do registro de ativo intangível gerado internamente que não tenham implicado em gastos objetivamente identificáveis por parte da entidade que o gerou, a pesquisa realizada demonstrou que os valores dos ativos intangíveis reconhecidos pelas empresas pesquisadas atingiram cifras que podem ser consideradas representativas. Apesar das posições de destaque da Vale, Petrobrás S.A. e Gerdau S.A., das dez empresas pesquisadas, seis apresentaram ativos intangíveis avaliados em montante que superou a casa de R\$ 1 bilhão. E apenas a CESP, não reportou a existência de ativos intangíveis.

3.2 Natureza dos ativos intangíveis reconhecidos pelas empresas pesquisadas

O ativo intangível mais recorrente dentre aqueles evidenciados através das demonstrações contábeis pesquisadas foi o ágio decorrente de aquisição de participações societárias, presente em seis das dez empresas pesquisadas. A natureza dos ativos intangíveis evidenciados através das demonstrações contábeis das empresas pesquisadas, bem como a freqüência de ocorrência, está demonstrada no quadro 3:

Quadro 3 – Natureza dos ativos intangíveis evidenciados nas demonstrações contábeis

Natureza dos ativos intangíveis	Brasil Telecom S.A.	CSN	Embraer S.A.	Gerdau S.A.	Petrobrás S.A.	SABESP S.A.	Usiminas S.A.	Vale
Ágio na aquisição de participações	X	X		X	X		X	X
Licenças e direitos de uso de softwares	X		X					
Licenças regulatórias/concessões públicas	X				X	X		
Marcas e patentes	X							
Gastos com implantação e reorganização	X						X	
Projetos de informática		X						
Projetos de expansão		X						
Gastos pré-operacionais		X						
Pesquisa e desenvolvimento			X					
Fundo de comércio				X				
Certificado redução emissão de carbono				X				
Gastos com projetos e estudos técnicos						X		

Fonte: elaborado pelos autores, com base nas demonstrações contábeis pesquisadas.

Embora constem da amostra pesquisada, CEMIG e CESP não figuram no quadro 3 em função de, no caso da CEMIG, embora reporte deter ativos intangíveis, não existe, em suas demonstrações contábeis, o detalhamento da natureza de tais ativos. Quanto à CESP, não existem ativos intangíveis registrados em suas demonstrações contábeis.

3.3 Critério de registro inicial adotado pelas empresas pesquisadas

Todas as empresas pesquisadas que evidenciaram a existência de ativos intangíveis através de suas demonstrações contábeis, evidenciaram também a adoção do custo histórico como método adotado para registro inicial destes ativos. Tal evidenciação se deu de forma direta e objetiva, no caso das empresas Embraer S.A., Gerdau S.A., Petrobrás S.A., Usiminas S.A. e Vale, cujas demonstrações contábeis contêm nota explicativa abordando o critério de registro dos ativos intangíveis especificamente.

Quanto à Brasil Telecom S.A., CEMIG, CSN, e SABESP S.A., a constatação quanto ao método de registro deu-se pela interpretação de nota explicativa que, genericamente, aborda os critérios de contabilização adotados pela empresa, na qual é ressaltada a observação da legislação societária brasileira e das normas emanadas da CVM. Uma vez que tais normativos estabelecem a adoção do custo histórico como base de valor para registro inicial dos ativos intangíveis, depreende-se ter sido este o critério utilizado pelas empresas. No caso específico da CESP, em função de não haver a apresentação de ativos intangíveis em suas demonstrações contábeis, naturalmente não há, também, menção a critério de registro inicial de tais ativos.

3.4 Critérios adotados para reconhecimento de perda de valor dos ativos intangíveis

Com base nas análises feitas pode-se afirmar que as informações divulgadas através das demonstrações contábeis das empresas pesquisadas, acerca dos critérios adotados para reconhecimento de eventual perda de valor de seus ativos intangíveis, são vagas, não fornecendo informação precisa acerca do critério adotado e/ou resultados de sua adoção.

Quanto à abordagem, exceções feitas à Gerdau S.A., comentada no próximo parágrafo, à CEMIG, que não divulga qualquer informação sobre reconhecimento de eventual perda de valor de seus ativos intangíveis, e à CESP, que não reportam a existência de ativos intangíveis, as demais empresas pesquisadas informam que adotam a abordagem da

amortização para reconhecer a perda de valor dos ativos intangíveis. Tal situação permite inferir que estas empresas acreditam que os ativos intangíveis reconhecidos em suas demonstrações contábeis possuem vida útil definida, embora não tenha sido encontrada tal afirmação de forma explícita nas informações contidas nestas demonstrações.

A Gerdau S.A. constitui exceção por ser a única empresa que afirma deter ativos intangíveis de vida útil indefinida, não os submetendo ao procedimento de amortização, mas sim à avaliação periódica de sua recuperabilidade, ou seja, a aplicação do *impairment test*.

Quanto ao prazo de amortização, naturalmente houve variação entre as estimativas de vida útil feitas pelas diferentes empresas pesquisadas, pois detém ativos intangíveis de diferentes naturezas e aplicados em diferentes contextos. Todavia, existem situações em que a informação prestada não é precisa, tal qual a Brasil Telecom S.A., ao afirmar que o prazo de amortização do ágio não excede ao período de dez anos, ou a CSN, quando informa que o prazo de amortização do ativo diferido não supera dez anos, ou a Petrobrás S.A., a qual informa apenas que o prazo de amortização do ativo diferido considera o período de expectativa de geração de benefícios futuros por parte destes ativos, sem explicitar qual seria esse prazo, ou a SABESP, ao informar que a amortização do ativo intangível se dá de forma proporcional ao prazo de validade do contrato relativo a cada uma das concessões às quais se referem, sendo este prazo de, normalmente, trinta anos, e, por fim, a Usiminas S.A. que, ao abordar prazo de amortização do ativo diferido, informa que este não supera cinco anos.

Os critérios para determinação dos prazos de amortização adotados, ou seja, as estimativas de vida útil dos ativos intangíveis, também são evidenciados de forma vaga, limitando-se à apresentação do critério geral adotado, sem informar, de forma detalhada, sua fundamentação, ou seja, das razões que levaram a empresa a considerá-lo como o critério mais adequado. Ou, em outros casos, através das notas explicativas, é apresentado apenas o prazo resultante da estimativa de vida útil feita pela empresa, sem qualquer detalhamento ou demonstração dos parâmetros que levaram ao estabelecimento dos prazos adotados.

Das nove empresas que reportaram a existência de ativos intangíveis em suas demonstrações contábeis, quatro (Brasil Telecom S.A., Embraer S.A., Petrobrás S.A. e Vale) afirmam que tais ativos estão sujeitos à avaliação quanto à sua recuperabilidade. Em outras quatro (CEMIG, CSN, SABESP e Usiminas S.A.) as demonstrações contábeis não fazem qualquer menção à avaliação dos ativos intangíveis quanto à recuperabilidade. Mesmo no caso das empresas que fizeram menção à avaliação da recuperabilidade, não há qualquer consideração que objetivamente indique que tal avaliação foi realizada em relação aos ativos intangíveis, tampouco quais teriam sido os eventuais resultados da realização desta avaliação. Novamente a exceção fica por conta da Gerdau S.A. que, através das notas explicativas às suas demonstrações contábeis, afirma textualmente que o teste de recuperabilidade foi realizado sobre os saldos relativos a ágios existentes em 31 de dezembro de 2007, não tendo sido identificada qualquer perspectiva de perda, de modo que os saldos apresentados continuam registrados pelo seu valor inicial. De toda forma, quanto à realização do teste de recuperabilidade, as demonstrações contábeis da Gerdau S.A. limitam-se a informar que foi utilizado o método do fluxo de caixa descontado, sem explicitar os parâmetros utilizados ou prestar qualquer outro detalhamento da informação.

3.5 Ativos intangíveis que as empresas consideram que detém, mas não os contabilizam

Além da análise do conteúdo das notas explicativas às demonstrações contábeis das empresas pesquisadas, também foi objeto de análise do presente trabalho o relatório da

administração, o qual é parte integrante das demonstrações contábeis e o chamado Relatório Anual (Relatório de Sustentabilidade, no caso específico da Vale), este quando elaborado, visto que o mesmo não faz parte das obrigações legais às quais as empresas pesquisadas estão sujeitas, de modo que, se divulgado, representa uma liberalidade da empresa. Nestes relatórios, a administração da empresa expressa suas percepções acerca da entidade como um todo. Tais relatórios, embora façam remissão aos saldos contábeis, não se limitam a estes. A análise do conteúdo do relatório da administração e do Relatório Anual, especificamente em relação a seis das dez empresas pesquisadas, permitiu identificar menções explícitas por parte destas seis empresas acerca dos ativos intangíveis os quais consideram que detêm. Os ativos intangíveis aos quais os referidos relatórios fizeram menção quanto à sua existência são aqueles demonstrados através do quadro 4, a seguir apresentado:

Quadro 4 – Intangíveis mencionados no relatório da administração e/ou Relatório Anual

Natureza dos ativos intangíveis	Brasil Telecom S.A.	CEMIG	CESP	CSN	Embraer S.A.	Petrobrás S.A.
Marca	X	X		X	X	
Vantagens competitivas internas				X		
Carteira de clientes	X					
Capital intelectual	X					X
Atuação ética	X					
Comunicação interna eficaz	X					
Licenças regulatórias e concessões públicas		X	X	X		
Organizacional						X
Relacionamentos						X
Direito de exploração				X		
Propriedade intelectual / domínio tecnológico		X				X
Corpo de funcionários					X	X
Investimento em pesquisa e desenvolvimento		X		X		
Patentes		X				
Privilégio sobre invenções		X				
Licenças e direitos de uso de softwares		X				
Contratos com terceiros			X			
Direitos autorais		X				

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos relatórios da administração e Relatórios Anuais.

Faz-se necessário ressaltar que o quadro 4 faz referência a apenas seis das dez empresas pesquisadas. Tal condição deve se ao fato que duas empresas dentre as pesquisadas, sendo elas a Gerdau S.A. e a Vale, embora tenham elaborado e divulgado o chamado Relatório Anual, ou Relatório de Sustentabilidade, no caso específico da Vale, tal relatório, bem como o relatório da administração, não fazem qualquer menção direta ou indireta à existência de ativos intangíveis. Em relação às demais duas empresas que também não foram mencionadas no quadro 4, a SABESP e a Usiminas S.A., não foi identificada a divulgação do chamado Relatório Anual, sendo que o relatório da administração não fez qualquer menção à existência de ativos intangíveis.

A confrontação das informações apresentadas nos quadros 3 e 4 gera uma constatação que é, no mínimo, interessante: os ativos intangíveis os quais as empresas apresentadas no quadro 4 declaram que detêm, em sua grande maioria, sequer figuram no quadro 3, onde estão apresentados os ativos intangíveis efetivamente registrados contabilmente por estas mesmas empresas. Assim como o inverso é verdadeiro: os ativos intangíveis que estão registrados contabilmente, na grande maioria dos casos, sequer são

mencionados no chamado Relatório Anual ou no relatório da administração, quando estes abordam a figura dos ativos intangíveis detidos pelas empresas.

Com relação aos ativos intangíveis que as empresas acreditam deter, mencionados nos relatórios extra contábeis, apenas a Petrobrás S.A. fez menção específica ao fato de tais ativos não poderem ser contabilizados, em função das dificuldades de mensuração.

Não é objetivo deste tópico avaliar se os itens demonstrados no quadro 4 constituem ou não ativos intangíveis, mesmo porque apenas a análise das informações contidas nas demonstrações contábeis não é suficiente para embasar, de forma segura, uma conclusão acerca de um item reunir ou não condições necessárias para sua caracterização como ativo intangível. De toda forma restou clara a distância entre as idéias e percepções de valor demonstradas pelas empresas através dos relatórios extra-contábeis e os efetivos registros constantes das demonstrações contábeis.

3.6 Nível de evidenciação contábil acerca dos ativos intangíveis

Com base nos requerimentos mínimos para evidenciação dos ativos intangíveis, embasados nos ditames do FASB, do IASB e do CPC, demonstrados neste artigo, as seguintes considerações podem ser feitas acerca das empresas pesquisadas (as considerações a seguir referem-se a todas as empresas pesquisadas, exceto a CESP, cujas demonstrações contábeis não contemplarem a figura dos ativos intangíveis):

- a) Apenas a Gerdau S.A. apresenta, em suas notas explicativas, segregação entre ativos intangíveis com vida útil definida e ativos intangíveis com vida útil indefinida. As demais empresas reportam que todos os ativos intangíveis estão sujeitos à abordagem da amortização. Essa informação, associada às práticas contábeis que tais empresas informam que adotam, permite inferir que todos os ativos intangíveis reportados são considerados pelas empresas pesquisadas como tendo vida útil definida, embora não haja a informação explícita nas demonstrações contábeis;
- b) dentre as empresas pesquisadas, Brasil Telecom S.A., Gerdau S.A., Petrobrás S.A., SABESP, Embraer S.A. e Vale apresentam informações segregadas por classes de ativos intangíveis, sendo que no caso da Vale, tal condição é inerente ao fato da empresa divulgar a existência de ativos intangíveis relativos a uma única classe. CSN e Usiminas S.A. não reportam a existência de ativos intangíveis propriamente ditos, mas apresentam ágio na aquisição de participações societárias e ativo diferido de forma separada, formando assim classes próprias de ativos intangíveis. Por fim, tem-se a CEMIG que, embora reporte deter ativos intangíveis, não os apresenta de forma segregada por classes, mas apenas por segmentos de negócios nos quais atua;
- c) apenas a Embraer S.A. evidencia, em percentuais, a taxa de amortização do ativo intangível e critério próprio de amortização do ativo diferido. As demais empresas, embora não informem o percentual da amortização, informam a vida útil estimada, permitindo a apuração da taxa de amortização, uma vez que foi divulgada a adoção do método linear de amortização. São elas: CSN, Gerdau S.A. e Vale, embora esta última, especificamente em relação ao ativo diferido, não apresente a informação. A Petrobrás S.A., a exemplo da Embraer S.A., adota critério próprio de amortização do ativo diferido que resulta em amortização não linear e divulga o prazo de amortização do ativo diferido. Também verificou-se empresas que não informam a taxa de amortização utilizada, mencionando apenas o prazo de amortização, mas não especificando tal prazo, informando apenas que se limita a certo prazo. Incluem-se nessa situação a Brasil Telecom S.A. e a SABESP. A Usiminas S.A. também figura nesse grupo em relação ao ativo diferido – no que diz respeito ao ágio na aquisição de participação societária, as notas explicativas informam o prazo exato de amortização, permitindo deduzir-se a taxa de amortização. Por fim, a CEMIG não apresenta maiores detalhamentos acerca de seus ativos intangíveis;

- d) as empresas pesquisadas, excetuando-se a CEMIG, apresentam o método de amortização dos ativos diferidos, tendo prevalecido o método linear. Apenas a Embraer S.A. e a Petrobrás S.A. adotam critério diferente, baseado no número de unidades produzidas em relação ao volume total esperado. De toda forma, nenhuma das empresas pesquisadas apresenta informações acerca das razões que motivaram a escolha dos métodos utilizados. Apenas citam que tais métodos são utilizados, sem apresentar as justificativas que levaram a tal escolha;
- e) apenas a Embraer S.A. apresenta saldo contábil bruto e a amortização acumulada, tanto no início quanto no final do exercício ao qual as demonstrações contábeis se referem, embora as demais empresas, apresentem, através das notas explicativas, o saldo contábil bruto e a amortização acumulada no final de exercício e o saldo contábil líquido no início do exercício (apresentado como saldo final do exercício anterior). Desta forma, deixam de apresentar apenas o saldo bruto e amortização acumulada no início do exercício ao qual as demonstrações contábeis se referem;
- f) dentre as empresas pesquisadas, apenas três apresentam algum tipo de demonstração das mutações do saldo dos ativos intangíveis, sendo elas: CSN, Embraer S.A. e Gerdau S.A. A Gerdau S.A. apresenta o saldo anterior, adições e baixas individuais ocorridas ao longo do exercício ao qual as demonstrações contábeis se referem e, por fim o saldo final. CSN e Embraer S.A. apresentam divulgação similar, diferenciando-se pelo fato de não apresentarem as adições e baixas individuais, mas apenas o montante total apurado no exercício ao qual as demonstrações contábeis se referem. Além disso, a CSN, que divulga possuir ativos intangíveis de duas naturezas diferentes, quais sejam, ágio na aquisição de participações societárias e ativo diferido, apresenta tal nível de detalhamento das informações apenas em relação ao ágio. A Embraer S.A. apresenta a citada demonstração das mutações apenas em relação ao ativo diferido;
- g) dentre as empresas pesquisadas, apenas a Embraer S.A., a Gerdau S.A., a Petrobrás S.A. (somente em relação às concessões para exploração de petróleo e gás natural) e a Vale divulgam que os ativos intangíveis estão sujeitos à avaliação periódica quanto a sua recuperabilidade. Entretanto, destas quatro empresas, apenas a Gerdau S.A. explicitou ter efetivamente realizado testes de recuperabilidade acerca de seus ativos intangíveis e informou que os resultados apurados indicaram que não houve alteração nas expectativas relativas à recuperabilidade de tais ativos. As três demais empresas citadas mencionam em suas demonstrações contábeis apenas que os ativos intangíveis estão sujeitos à avaliação quanto à recuperabilidade, não explicitando se tal avaliação foi efetivamente realizada no exercício ao qual as demonstrações contábeis analisadas se referem e, o que seria mais importante, os resultados das avaliações eventualmente realizadas e seus impactos sobre os saldos dos ativos intangíveis contabilizados e sobre o resultado do exercício;
- h) apenas a Brasil Telecom S.A. menciona a existência de compromissos assumidos decorrentes de ativos intangíveis que detém (as licenças regulatórias que adquiriu);
- i) através do relatório da administração e/ou do Relatório Anual, seis empresas, quais sejam, Brasil Telecom S.A., CEMIG, CESP, CSN, Embraer S.A. e Petrobrás S.A., afirmam que detém ativos intangíveis que não figuram entre aqueles evidenciados através das demonstrações contábeis (vide quadro 4), chegando a, em alguns casos, afirmar que tais ativos intangíveis estão entre seus ativos mais importantes. Apenas a Petrobrás S.A. ressalta que as práticas contábeis utilizadas na elaboração de suas demonstrações contábeis não permitem o reconhecimento de tais ativos.

Além dos aspectos comentados acima, com base na teoria acerca da matéria e, também, considerando os aspectos mínimos de divulgação presentes nos normativos editados pelo FASB, IASB e CPC, seria desejável que as demonstrações contábeis apresentassem: (a) segregação entre os ativos intangíveis adquiridos de terceiros e daqueles gerados internamente (com desembolso objetivamente identificável); (b) indicação das linhas da demonstração dos resultados do exercício que contém alocação

de despesas relativas a ativos intangíveis; (c) divulgação acerca de eventual modificação nas estimativas relativas aos ativos intangíveis; (d) divulgação das razões que motivaram a classificação dos ativos intangíveis quanto à sua vida útil – definida ou indefinida; (e) prazo remanescente de amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida; (f) estimativa das despesa com amortização prevista para os próximos anos; (g) informações sobre ativos intangíveis eventualmente adquiridos através de subvenções governamentais; (h) informações sobre existência de possíveis restrições aos ativos intangíveis; (i) informações sobre a realização de reavaliações; (j) informações sobre gastos com pesquisas e desenvolvimento eventualmente tratadas como despesas ao longo do ano; (k) detalhamentos acerca de ativos intangíveis que eventualmente já estejam totalmente amortizados. Tais aspectos, embora possam assumir caráter de grande importância na compreensão e identificação das perspectivas futuras decorrentes dos ativos intangíveis, não fazem parte do conjunto de informações presentes nas demonstrações contábeis das empresas objeto do presente estudo.

Com base nas considerações acima, dada a grande incidência de itens que sequer foram abordados nas demonstrações contábeis pesquisadas, ou cuja abordagem não atingiu o nível de detalhamento que pudesse ser tido como satisfatório, é fácil afirmar que o nível de divulgação de informações e evidenciação contábil acerca dos ativos intangíveis é baixo, estando ainda longe de cumprir os requerimentos mínimos estabelecidos pelos órgãos normativos citados. Como consequência dessa condição, pode se afirmar também que, de um modo geral, a forma de divulgação dos ativos intangíveis, considerando as informações quantitativas e qualitativas presentes nas demonstrações contábeis das empresas pesquisadas, não é capaz de permitir uma adequada compreensão acerca da natureza e, principalmente, mensuração em termos de valor do potencial destes ativos, seja em relação à sua importância nos resultados já auferidos pela empresa ou acerca das perspectivas futuras decorrentes dos ativos intangíveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões acerca dos ativos intangíveis são antigas, remontando ao final do século XIX. Embora vários estudos tenham sido feitos, resultando na publicação de inúmeros trabalhos voltados para o entendimento e adequada mensuração dos ativos intangíveis, ainda estamos longe de um consenso teórico sobre a matéria, bem como da identificação de uma metodologia de avaliação capaz de fazer com que as demonstrações contábeis sejam capazes de refletir a real importância que os ativos intangíveis detidos por uma entidade possam assumir no contexto em que esta entidade atue.

Por outro lado, a importância dos ativos intangíveis, seja na consecução das atividades operacionais das empresas ou na avaliação em termos de valor e potencialidades futuras que o mercado faz destas empresas, tem aumentado sobremaneira nas últimas décadas. Pesquisas científicas realizadas nos últimos anos comprovaram essa condição. E as próprias empresas objeto desta pesquisa expressaram a importância dos ativos intangíveis para atingimento do sucesso de seus negócios, embora tal manifestação tenha ocorrido em relatórios extra-contábeis. Não por acaso o reconhecimento contábil dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis é objeto de normatização específica por parte dos órgãos que editam normas contábeis a serem seguidas pelas empresas.

As análises feitas possibilitaram verificar-se que as informações presentes nas demonstrações contábeis das empresas pesquisadas, embora tais empresas tenham sido premiadas exatamente pela excelência em termos de qualidade do nível de divulgação verificado em suas demonstrações contábeis, não são capazes de permitir uma adequada compreensão acerca da natureza e, principalmente, mensuração em termos de valor do potencial dos ativos intangíveis, seja relativamente a sua contribuição para obtenção dos resultados já auferidos ou em relação às perspectivas futuras decorrentes dos ativos intangíveis.

Visando dar continuidade às discussões acerca da evidenciação dos ativos intangíveis, sugere-se que futuras pesquisas sejam realizadas voltadas para novas avaliações quanto ao nível de evidenciação contábil relacionado aos ativos intangíveis, na expectativa que possam ocorrer aprimoramentos em decorrência da convergência das práticas contábeis brasileiras em direção aos padrões internacionais. Também no contexto dos resultados apurados nesse trabalho, a realização de novas pesquisas que objetivem o desenvolvimento de métodos de avaliação dos ativos intangíveis cujos resultados sejam capazes de efetivamente permitir ao usuário da informação contábil a adequada percepção quanto à importância e perspectivas futuras decorrentes dos ativos intangíveis, no contexto da entidade que os detenham, caso obtenham o êxito esperado, poderão contribuir em muito para o aprimoramento do nível de evidenciação contábil.

REFERÊNCIAS

- ALVES MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Thompson, 1999.
- ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade. **Troféu Transparência 2008**. Disponível em: <<http://www.anefac.com.br>>. Acesso em: 25 set. 2008.
- ARAÚJO, B. F. M. **A evidenciação contábil dos ativos intangíveis – um estudo de multi-casos de empresas brasileiras premiadas pela transparência de suas demonstrações contábeis**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Estudos Administrativos – FEAD-MG, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2009.
- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC-04 – Ativos intangíveis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 16 ago. 2008.
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Companhias abertas - demonstrações financeiras padronizadas**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 16 ago. 2008.
- FASB – *Financial Accounting Standards Board*. **SFAS 142 – Goodwill and other intangible assets**. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 16 ago. 2008.
- FERREIRA, A. B. H. **Médio dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- GOULART, S.; CARVALHO, C. A. **O pesquisador e o design da pesquisa qualitativa em administração**. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GU, F.; LEV, B. I. **Markets in intangibles: patent licensing**. *Social Science Research Network*, 2001. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=275948>. Acesso em: 10 dez. 2008.
- GUERRA, A. R. **Goodwill adquirido e suas relações com alguns setores econômicos no Brasil**. In 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2006, São Paulo. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos62006/428.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2008.
- HENDRIKSEN, E. S.; Van BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IASB – *International Accounting Standards Board*. **IAS 38 – Intangible assets**. Reino Unido, 2004.
- IBRACON – Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes. **Estrutura conceitual básica da contabilidade**. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br>>. Acesso em: 16 ago. 2008.
- _____. **NPC-27: Demonstrações contábeis – apresentação e divulgações**. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br>>. Acesso em: 16 ago. 2008.
- IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LEÃO, L. C. G. **Accounting for Intangibles: an exploratory study about the Brand's**. In: X International Institute of Costs Congress, 2007, Lyon. Anais do X International Institute of Costs Congress. Lyon : International Institute of Costs, 2007
- LEÃO, L. C. G. **Aspectos conceituais do efeito da amortização de marcas no resultado das organizações**. In: III Congresso de Costos del Mercosur, 2006, Colonia del Sacramento. Anais do III Congresso de Costos del Mercosur, 2006

LEÃO, L. C. G. **A Marca: prelúdio da Contabilidade a valores de saída.** In: IX Congresso Internacional de Custos, 2005, Itapema. Anais do IX Congresso Internacional de Custos, 2005

LEÃO, L. C. G. **Contabilidade de marcas: contribuição ao reconhecimento e evidenciação de informações sobre as marcas;** Tese de Doutorado em Controladoria e Contabilidade. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. *Ano de Obtenção:* 2005.

LEÃO, L. C. G. **Valuation of brands: proposta para mensuração de marcas varejistas e nomes de comércio.** In: VII Congresso Mundial de Custos, 2001, León. Anais do VII Congresso Mundial de Custos, 2001

LEV, B. I. **Intangibles: management, measurement, and reporting.** Washington: Brookings Institution Press, 2001. Disponível em: <<http://books.google.com/books>>. Acesso em: 05 ago. 2008.

LEV, B. I.; ZAROWIN, P. **The boundaries of financial reporting and how to extend them.** In: HAND, J. R. M.; LEV, B. *Intangible assets: values, measures, and risks.* New York: Oxford University Press, 2003. Disponível em: <<http://books.google.com/books>>. Acesso em: 05 dez. 2008.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade – uma nova abordagem.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, J. C. **Reflexões sobre ativo intangível.** 2005. Disponível em: <<http://www.marion.pro.br>>. Acesso em: 09 ago. 2008.

MARTINS, E. **Contribuição à avaliação do ativo intangível.** 1972. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MARTINS, V. A. **Contribuição à avaliação do goodwill: depósitos estáveis, um ativo intangível.** 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>. Acesso em: 09 set. 2008.

OSWALD, D. R.; ZAROWIN, P. **Capitalization of R&D and the informativeness of stock prices.** *European Accounting Review, Forthcoming*, 2007. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1011238>. Acesso em: 10 dez. 2008.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. **Ativos intangíveis e o desempenho empresarial.** Revista de Contabilidade e Finanças - USP, São Paulo, nº 40, jan. 2006. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/eac/revista/revista_fip.asp?edicao=40>. Acesso em: 15 ago. 2008.

RAPPAPORT A. *apud* HENDRIKSEN, E. S.; Van BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **Ativos intangíveis nas normas internacionais – IASB.** In IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Gramado, 2003. Disponível em: <<http://ccontabeis.com.br/conv/t01.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

UPTON JR., W. S. **Challenges from the new economy for business and financial reporting.** In: HAND, J. R. M.; LEV, B. I. *Intangible assets: values, measures, and risks.* New York: Oxford University Press, 2003. Disponível em: <<http://books.google.com/books>>. Acesso em: 05 dez. 2008.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.